



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

METAS DE GESTÃO

BIÊNIO 2020/2022

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, apresenta **28 metas específicas de gestão**

- 1 Implantar, em caráter definitivo, a Gestão Documental no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, incorporando-a como política permanente de cunho institucional, inserindo-a no Planejamento Estratégico da Corte.
- 2 Inserir o Tribunal de Justiça do Maranhão no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inaugurar o Memorial da Justiça Estadual.
- 3 Desenvolver, junto aos estabelecimentos escolares, faculdades e universidades, projetos institucionais que visem alcançar maior visibilidade da Justiça, com a exata compreensão de seu funcionamento.
- 4 Desencadear uma campanha de combate ao compartilhamento de notícias falsas (fake news) no ambiente de trabalho e na sociedade em geral.
- 5 Intensificar, no âmbito da Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços, a transparência e o planejamento de obras, garantindo assim maior eficiência dos gastos públicos.
- 6 Estimular o uso sustentável da matriz energética do Poder Judiciário do Maranhão, diminuindo seu consumo, inclusive com a implantação de energia solar.
- 7 Robustecer a segurança das informações judiciais, bem como dotá-las de maior transparência, garantindo assim, o maior aperfeiçoamento da governança judiciária.
- 8 Implementar, junto à Diretoria de Informática e Automação, as ferramentas tecnológicas necessárias para a excelência do parque tecnológico, a exemplo da inteligência artificial, com utilização de robôs, automação de processos e integração dos sistemas.
- 9 Concluir a migração do sistema de tramitação dos processos para o PJE, garantindo, assim, a estabilidade da gestão processual.
- 10 Dotar os magistrados e servidores de ferramentas que potencializem o trabalho realizado, com incremento da qualidade, em seus aspectos

quantitativo e qualitativo.

11 Instituir política institucional de capacitação permanente dos servidores, com apoio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), e estimular suas criatividade em busca de soluções de entraves operacionais.

12 Reestruturar e aprimorar a Semana de Valorização dos Servidores.

13 Melhoria do clima organizacional, estimulando a empatia em um ambiente saudável de trabalho.

14 Incentivar medidas que assegurem a saúde dos nossos magistrados e servidores, com atenção para o fator emocional.

15 Organizar um banco de projetos criados e executados por juízes, em suas varas e comarcas.

16 Realizar iniciativas institucionais, como o Hackathon, com alunos universitários dos cursos de computação para auferir sugestões e práticas a serviço da gestão judiciária.

17 Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

18 Fortalecer a atuação interinstitucional do Judiciário com os demais Poderes e incentivar maior aproximação com a sociedade, na democratização da linguagem jurídica e na acessibilidade.

19 Instalar a Segunda Vara da Fazenda Pública, na Comarca de Imperatriz e a Vara de Idosos, na Comarca da Grande Ilha.

20 Fortalecer a política de sustentabilidade com ações visando aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030.

21 Intensificar o apoio aos núcleos de conciliação, em atenção à Meta 3, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a despeito da excelência do trabalho desenvolvido nessa área.

22 Assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência.

23 Desenvolvimento de programas, disponibilidade de pessoal, atenção aos prazos processuais, atuações tópicas, tudo com o propósito de atender a infância e a juventude do nosso Estado.

24 Implantação do sistema integrado de gestão de riscos pela Diretoria Financeira, bem como a melhoria contínua da gestão orçamentária, implementando mecanismos de acompanhamento das unidades do Poder Judiciário que geram informações para efeito de prestação de contas.

25 Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira.

26 Modernização administrativa e incentivo à inovação tecnológica com a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica.

27 Aprimoramento da gestão processual no Segundo Grau com atenção à colegialidade, à coerência e a eficiência da prestação jurisdicional.

28 Implantação do sistema de gestão de riscos no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, de maneira integrada a todos os setores administrativos e judiciais de nossa Justiça.

Desembargador Lourival Serejo

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão